

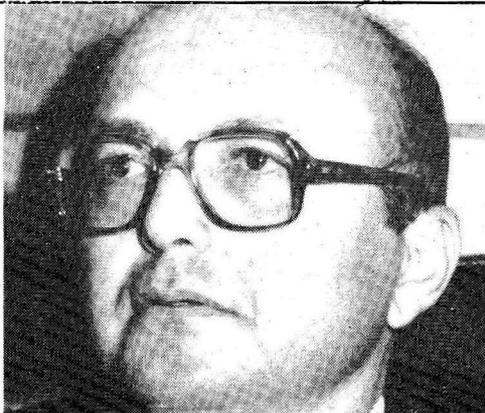
A plano de Maílson para acertar a economia

Dívida Externa

Já está pronto o elenco de medidas que a área econômica do governo deverá submeter à equipe do Fundo Monetário Internacional (FMI) que virá ao Brasil no final deste mês, para os primeiros contatos oficiais com vistas à montagem de um acordo **stand by**. As medidas são: correção cambial vinculada ao IPA (Índice de Preços por Atacado, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas) e não ao IPC (Índice de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE), indexador oficial da inflação; fixação de metas trimestrais de variação da base monetária e dos meios de pagamento; estabelecimento de uma política de juros com taxas reais; nova política salarial através da introdução de um redutor na URP (Unidade de Referência de Preços), tanto para o setor estatal como para iniciativa privada; e redução de incentivos fiscais na área do Imposto de Renda e do IPI e eliminação parcial dos subsídios.

Algumas dessas medidas estão em plena execução, outras estão virtualmente fechadas na área técnica e outras ainda dependendo de estudos e até envolvidas em impasse, como a relativa à política salarial. Contudo, não há, da parte do governo, a intenção de baixar um novo pacote econômico. As decisões, uma vez aprovadas, serão implementadas uma a uma, independentemente de sua prévia aprovação pela equipe do FMI.

O programa definitivo, que deverá ser formalizado através de uma carta de intenção que o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega endereçará ao diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, é que dependerá de prévia negociação, especialmente a meta mais crítica, relacionada com o dimensionamento do déficit do setor público este



Maílson: metas para o FMI.

ano. É a partir dessa definição que todas as demais medidas serão adotadas, na intensidade adequada.

Política Cambial

Segundo um qualificado informante da área econômica, a nova política cambial já está em plena execução. Seu propósito é estimular ao máximo as exportações para garantir o superávit comercial de pelo menos US\$ 12 bilhões, essencial à política de ajuste do balanço de pagamentos. A correção cambial já vem acompanhando o IPA e não o IPC.

Na visão dos técnicos da área econômica, a variação dos preços no atacado é mais representativa para efeito de correção do câmbio do que o IPC. Este índice mede apenas o comportamento dos preços no varejo de uma cesta de produtos consumidos por quem ganha de um a cinco salários mínimos, não sendo, portanto, o referencial adequado para corrigir o câmbio.

Política monetária

A política monetária restritiva também já vem sendo posta em prática pelo governo e os resultados apurados no mês de fevereiro, quando a variação da base monetária apresentou uma retração de 7,1% e a dos meios de pagamento uma expansão de 8,1%, indicam que não se deve esperar variações imoderadas dos principais agregados monetários.

Em termos anualizados, os meios de pagamento se expandiram 166% no mês passado, em confronto com uma inflação de 400%, mas o controle monetário poderá ser ainda mais fino, estabelecendo-se metas trimestrais de expansão, no âmbito do acordo que vier a ser acertado com o Fundo Monetário.

Quanto à política fiscal, como nada é possível fazer em termos de ampliação da receita via reajustes tributários, o governo tentará aumentar a receita líquida reduzindo alguns incentivos fiscais, assim como eliminando, parcialmente, os subsídios concedidos ao crédito e a produtos, como o trigo.

Política salarial

O centro das preocupações continua sendo a política salarial, cujos estudos estão envolvidos em um impasse: os ministérios do Planejamento e da Fazenda defendem a introdução de um redutor para a URP aplicado exclusivamente nos salários dos servidores públicos, enquanto os ministros militares insistem na generalização da medida, para afetar o setor privado.

Há, tanto na Fazenda como na Seplan, quem defenda a extensão do redutor a todos os salários, mas o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, ainda resiste à idéia.